

RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O PROJETO CONHECER PARA ACOLHER E SUA IMPORTÂNCIA NA FORMAÇÃO DOCENTE

Vanessa Desidério¹

Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares²

Edna Oliveira da Paz³

RESUMO

É comum associarem a qualidade do ensino apenas à formação docente, contudo, trata-se de uma questão multifatorial. Outrossim, na educação profissional, o docente precisa constantemente desafiar-se a melhorar sua formação na área técnica e pedagógica, sobretudo para promover a inclusão. O presente artigo tem como objetivo socializar experiências do projeto de extensão Conhecer para Acolher, a pesquisa é de caráter descritivo e qualiquantitativo. O projeto ofereceu em 2023 palestras e cursos de curta duração sobre autismo e inclusão escolar para 2440 pessoas. Em 2024, recebeu quase 16 mil inscrições só no curso FIC Autismo e Inclusão Escolar. A procura evidencia uma necessidade real de formação específica, pois a formação inicial docente não alcança as múltiplas demandas da sala de aula. Além disso, cerca de 6% dos participantes do curso possuem alguma necessidade educacional específica, ou seja, 924 pessoas sofrem na pele o que é conviver com o julgamento de limitação sem que suas potencialidades sejam consideradas. Ao final do curso os participantes são convidados a trazer suas experiências em forma de relatos que são condensados em e-books. Os relatos de experiência possibilitam registrar a trajetória de vida do autor e seus percursos de formação (Passeggi, 2010), são úteis para parear experiências exitosas e limitações encontradas na inclusão, pois o espectro autista é muito variável, dificultando o treinamento parental ou escolar com base em um único padrão de comportamento. O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é reconhecido como deficiência para todos os fins legais (Brasil, 2012), trata-se de uma condição com inúmeras combinações de transtornos do neurodesenvolvimento e comorbidades que afetam o aprendizado e o comportamento. Apesar das políticas de cotas, a inclusão na educação profissional passa por barreiras físicas e atitudinais. Por essa razão, a formação docente vem se tornando um tema emergente em projetos de pesquisa, ensino e extensão.

Palavras-chave: TEA, IFRN, Formação de professores, Educação Profissional.

INTRODUÇÃO

No processo de inclusão, os docentes sofrem pressão por formação continuada para assegurar a qualidade do ensino, enquanto lidam com diversos outros desafios tais como a sobrecarga de trabalho, precarização do trabalho docente e outros fatores que causam a falta de professores nos diversos espaços escolares brasileiros. Além desses problemas, a maioria das metas do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), não foram

¹ Doutoranda no Curso de Pós-graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte- IFRN – vanessa.desiderio@ifrn.edu.br

² Professora orientadora: Doutora em Educação, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, andrezza.tavares@ifrn.edu.br

³ Doutoranda no Curso de Pós-graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte- IFRN – edinhapaz19@gmail.com

cumpridas e as que foram estão em processo de estagnação ou retrocesso (Senado Federal, 2023). Para se consolidar essas metas se combinam, por exemplo, a meta relacionada à qualidade da educação está relacionada à diversas outras, entre elas a formação docente.

Para o docente que atua na formação profissional e tecnológica é comum a graduação tecnológica ou bacharelado ser requisito mínimo para ingresso em concurso público, ou seja, não é obrigatório ter a licenciatura. Além disso, para alguns docentes licenciados, na época da sua formação não havia exigência das disciplinas de Educação Inclusiva na matriz curricular. Nesse sentido, e observando o crescente número de alunos diagnosticados com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Profissional de nível técnico, desenvolvemos o curso voltado inicialmente para os professores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), contudo logo na primeira turma, nos deparamos com muitas solicitações de diretores de escola da rede estadual/municipal e particular pedindo para abrir vaga para seus professores, daí surgiu o projeto de extensão Conhecer para Acolher.

A primeira turma do Curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) em Autismo e Inclusão Escolar recebeu 2440 inscrições. Todos os inscritos receberam os materiais de leitura, acesso às videoaulas e às palestras *on line*. O curso teve duração de três meses, com carga horária de 30 horas. Ao final, os participantes foram convidados a desenvolver relatos de experiência sobre a formação e a aplicação do conteúdo em suas práticas educativas. Em 2024, realizamos a segunda turma, foram 15.789 inscrições, em função da demanda não foi possível atender a todos. Apenas os participantes da primeira palestra foram matriculados, cerca de 7 mil pessoas permanecem no curso em andamento.

A procura pela formação indica a necessidade de aplicação do conhecimento que já é popularizado nas mídias. Ocorre que apesar de haver muita informação disponível na internet, as pessoas tendem a encontrar dificuldades para filtrar o que é importante e efetivo na inclusão da pessoa que está no espectro autista. Trata-se de um tema que requer cautela, principalmente em função de o espectro autista se apresentar de forma diferente a depender de inúmeros fatores (comorbidades combinadas, fatores culturais, educacionais, nível de suporte, entre outros).

METODOLOGIA

O projeto de extensão Conhecer para Acolher, permite a realização da pesquisa e do ensino conjuntamente, Moita e Andrade (2009) defendem que a indissociabilidade

entre ensino, pesquisa e extensão garantem a relação entre ciência e realidade social. Nesse sentido, trata-se de uma pesquisa descritiva e aplicada cuja coleta de dados utilizou questionários qualiquantitativos. Na análise das perguntas subjetivas, utilizou-se nuvem de palavras e análise de Conteúdo (Bardin, 1977), para as perguntas objetivas, estatística simples. Para Leite (2008) a pesquisa descritiva serve de base para outros tipos de pesquisa e a aplicada gera conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos.

REFERENCIAL TEÓRICO

Morais e Silva (2020) investigaram a percepção dos docentes sobre as ações de formação para educação especial na educação profissional do IFRN em 2018 e concluíram que apesar dos avanços legais alcançados no que diz respeito aos direitos das pessoas com deficiência, bem como referentes às políticas de formação de docentes para atuar na Educação Profissional, a realidade brasileira ainda se encontra permeada por entraves que provocam um distanciamento entre o que é preconizado em lei e o que é implementado na vida cotidiana.

Weizenmann, Pezzi e Zanon (2021), explicam que a falta de conhecimento sobre o Transtorno do Espectro Autista (TEA) ou crenças distorcidas em torno deste, podem interferir na prática pedagógica dos docentes, principalmente em relação à comunicação, pois levam alguns a acreditar que só precisam incentivar a socialização ou respeitar a falta dela. Enquanto para outros profissionais o processo de inclusão reflete no ensino de habilidades funcionais, e não em conteúdos formais; refletindo na defasagem escolar desses estudantes.

O apego à rotina e a inflexibilidade cognitiva, restringem as relações interpessoais e comprometem o processo de aprendizagem quando há metodologias variadas, explicam Liberalesso e Lacerda (2020). Como no ensino médio há muitos docentes em disciplinas variadas, é importante ter o apoio do Serviço de Atendimento Educacional Especializado, principalmente em casos que exigem mudanças bruscas como troca de professores, pois para alunos com TEA a previsibilidade é muito importante, traz segurança e ajuda a aceitar melhor o que é novo. O mesmo é esperado para a educação profissional de nível médio que nos institutos federais é realizada de forma integrada com o ensino médio.

Souza, Martins e Barcelos (2022) fizeram um estudo bibliográfico com teses e dissertações brasileiras publicadas no período de 2019 a 2021 e observaram que os estudos relacionados à formação docente no processo de ensino e aprendizagem na

perspectiva da inclusão de alunos com TEA, privilegiam os processos formativos voltados às intervenções educacionais a partir de metodologias que envolvem análise do comportamento, formação colaborativa e práticas pedagógicas inovadoras. Segundo eles, os resultados desse mapeamento indicam produções acadêmicas com eixos diversificados dentro da temática da inclusão de pessoas com TEA com lacunas relevantes no que tange à abordagem da formação de professores como fator indispensável à inclusão educacional, mas a maioria dos trabalhos não faz uma análise mais profunda a respeito e tem como foco eixos que se relacionam com o tema, como por exemplo estratégias de ensino e de socialização.

Dos trabalhos pesquisados por Souza, Martins e Barcelos (2022), apenas um é relacionado à formação de professores para incluir alunos com autismo em cursos técnicos integrado com ensino médio, é a dissertação de Macedo (2019); cujo objetivo foi avaliar as contribuições de um programa de consultoria colaborativa para capacitação de docentes do IFRN. Macedo (2019) analisou diversas abordagens voltadas para a formação de professores, sobre colaboração externa de profissionais e uso de estratégias de ensino empiricamente validadas, também conhecidas como Práticas Baseadas em Evidências (PBE), práticas pouco exploradas no Brasil, mas muito evidenciada na literatura internacional.

Dentre essas práticas destaca-se a Análise do Comportamento Aplicada (ABA, do inglês, Applied Behavior Analysis) também citada por Liberalesso e Lacerda (2020), eles explicam que a PBE é fruto da Medicina Baseada em Evidências, método que contribuiu com a sistematização dos currículos dos cursos de medicina com base em evidências científicas, desde 1980. Esse método tem 3 características: relevância, suficiência e veracidade para ser validada. Outra PBE fortemente indicada para se trabalhar com o autismo é a Intervenção Mediada por Pares (IMP). Essa metodologia utiliza a interação entre indivíduos com TEA e seus pares para trabalhar os comprometimentos sociais dos autistas, endossam Macedo (2019) e Liberalesso e Lacerda (2020).

Liberalesso e Lacerda (2020) apresentam vários artigos internacionais com resultados de Intervenções baseadas em Evidências Científicas, indicando ganhos nos campos da inteligência, linguagem, habilidades sociais e comportamento adaptativo, segundo eles, a depender da genética, boa parte das crianças que participaram das intervenções perderam todos os prejuízos do TEA, isso porque no caso de crianças a neuroplasticidade coopera com ganhos de desenvolvimento. Apesar dos resultados positivos, esse tipo de intervenção é muito oneroso para a família e sistema de saúde,

sendo pouco acessível. Requer qualificação de toda equipe e família. Além disso, não é comum esse conhecimento chegar ao chão da escola, pois não faz parte do currículo das licenciaturas diversas, ou seja, depende do docente e da gestão, buscar essa formação de modo a ampliar as chances de sucesso na inclusão da pessoa com TEA.

A inclusão escolar é promotora da formação para o trabalho. Contudo, apenas a política de cotas para o ensino na rede federal baseada na Lei nº 13.409, de 28/12/2016 (Brasil, 2016) ou para o trabalho, baseada Lei nº 8.213, de 24/07/1991 (Brasil, 1991) não garante a inclusão. É necessário um eficiente Serviço de Atendimento Educacional Especializado conforme previsto na Resolução CNE nº 4/2009 (Brasil, 2009) e Lei Brasileira da Inclusão, Lei nº 13.146, de 06/07/2015 (Brasil, 2015).

A lei Berenice Piana, nº 12.764/2012 (Brasil, 2012) reconhece o TEA como deficiência, bem como a Lei Brasileira de Inclusão em 2015 (Brasil, 2015). No entanto, apesar do Brasil oferecer respaldo legal para garantir o acesso a escola e trabalho, faltam políticas públicas que preparem as escolas e as instituições diversas para a inclusão. Acesso não significa permanência e êxito e Santos, Oliveira e Ferreira (2020) defendem que tão somente inserir o discente com necessidades educacionais especiais em classes comuns, não garante uma prática inclusiva de ensino, assim é importante avaliar a qualidade do atendimento prestado e as características das relações que ocorre no interior da escola e em seu entorno.

No mundo do trabalho, existe a possibilidade de trabalho apoiado (apoio de um profissional que auxilie na obtenção, manutenção e desenvolvimento do trabalho). Esse profissional oferece suporte para momentos de crise, momentos de socialização e negociações diversas, a depender do nível de suporte necessário, no entanto não é obrigatório e praticamente inacessível, principalmente para as camadas mais carentes da população. Em certa medida, a política de cotas, permite que o empregador escolha primeiro o tipo de deficiência e posteriormente o perfil profissional desejado, é como criar uma janela de exclusão dentro de outra.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O projeto Conhecer para Acolher surgiu de uma demanda da comunidade para o curso de curta duração (30 horas) cujo objetivo era para orientar pais e educadores sobre os princípios básicos da inclusão de pessoas com autismo nas escolas. O curso totalmente remoto e gratuito, teve a participação de pessoas de vários estados brasileiros. Em 2024

lançamos a segunda turma do curso, acrescentando novos temas solicitados pela turma de 2023 e criamos o evento “Tecendo, Ensinando e Aprendendo sobre Transtorno do Espectro Autista” ou “TEA sobre TEA”. Recebemos quase 16 mil inscrições. Cerca de 6% dos inscritos do curso de 2024, sinalizaram que estão no espectro ou que possuem transtornos específicos de aprendizagem, ou seja, 924 pessoas que sofrem na pele o que é conviver com o julgamento de limitação sem que suas potencialidades sejam consideradas. Ao final de cada curso, os participantes são convidados a trazer suas experiências em forma de relatos.

Esses relatos são úteis para parear experiências êxitosas e limitações encontradas na inclusão, pois o espectro autista é muito variável, dificultando o treinamento parental ou escolar com base em um único padrão de comportamento. Em 2023, foram aprovados 36 relatos de experiência para publicação em formato de dois e-book, submetido às editoras dos institutos federais em 2024.

A estrutura curricular do curso era formada pelos módulos: 1) Conceito, características e causas do Autismo; 2) O papel do Professor na Inclusão do Autista; 3) Serviço de Atendimento Educacional Específico e Sala de Recursos Multifuncional adaptada à necessidade do Autista; e 4) Plano Educacional Individualizado para o aluno com Transtorno do Espectro Autista.

A avaliação ocorreu de forma somativa, com extratos dos exercícios de fixação de aprendizagem (formulários ao final de cada módulo), esses exercícios remetem ao conteúdo do módulo, com questões objetivas (com disponibilização de gabarito e feedback) e questões dissertativas diversas relacionadas à qualidade do curso e outros temas alusivos à inclusão.

A procura é reflexo da lacunas na formação parental e docente em relação a inclusão escolar da pessoa com autismo. A maioria dos participantes são pais e/ou professores de pessoas que estão no espectro, conforme gráfico 1. Menos de 15% dos inscritos não tinham contato com pessoas autistas, ou seja, as pessoas que procuram o curso estão precisando com urgência dessa formação, visto que já lidam com pessoas no espectro na escola ou em casa.

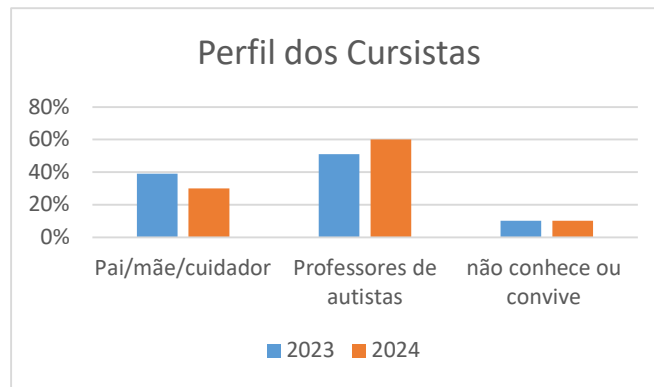


Gráfico 1 – Perfil dos Cursistas

Fonte: Dados do Formulário de Incrição 2023 e 2024

Em 2023 o perfil predominante era de pais/cuidadores, em 2024 prevalece o número de professores que buscam a formação e cerca de 80% destes lidam com crianças. Apenas 20% dos pesquisados lidam com autistas adolescentes ou adultos. Contudo, como a tendência é que essas crianças cresçam, é emergente a necessidade de formação de professores, principalmente na educação profissional. Em 2023, uma pesquisa divulgou que mais de 80% dos autistas adultos do Brasil estão desempregados (UNG, 2023), possivelmente essas pessoas não estão recebendo o suporte adequado em seu ambiente de trabalho ou não estão preparadas para se manter empregadas. Uma das barreiras mais comuns no autismo é a atitudinal, que é decorrente da percepção equivocada do comportamento autístico, muitas vezes, pessoas com autismo são mal interpretadas e podem perder oportunidades de trabalho, quando estão tentando se autoregular.

Após a primeira turma, foram colhidos relatos dos participantes, segundo eles o curso foi benéfico para a sua formação e aplicação de novas práticas pedagógicas. A segunda turma ainda não finalizou o curso, mas espera-se que ao conhecer as principais características do espectro, os cursistas possam acolher melhor aqueles que sofrem com o Transtorno do Espectro Autista.

O relato de experiência, bem como o memorial de formação são textos autobiográficos que foram escritos de forma crítica e reflexiva sobre a formação acadêmica e sobre sua prática profissional, explicitando o papel que as pessoas, fatos e acontecimentos mencionados exerceram sobre si, conforme orienta Passeggi (2010). Para os interessados em fazer o relato, enviamos no grupo uma orientação textual, oral e visual (vídeo). Esses relatos foram compilados em capítulos de livro (socialização de experiências) para apreciação de duas editoras, cada livro apresenta 16 relatos.

filhos, os professores relatam que é necessário reinventar-se para tornar as aulas mais acessíveis aos seus alunos atípicos. Observou-se que além de agradecer pela experiência de formação, os cursistas citam os principais desafios enfrentados para a inclusão escolar do autista. Esses desafios foram categorizados por grupo: família (relato de pais e demais parentes); escola (relato de professores) e sociedade (relato dos demais participantes que não se enquadro nas duas categorias anteriores).

O quadro 1 apresenta sete falas de familiares sobre o desafio de incluir.

“Ele não brinca com todas as crianças, o que torna difícil o contato na escola, família, amigos...”
“A ausência de humanização, principalmente dos profissionais da educação”.
“A dificuldade de interagir com outras pessoas. Ou em ambientes diferentes, que estranha e tem crises, e muitos choros”.
“Compreender de fato o que ele tem, além do autismo e assegurar que suas demandas e direitos sejam de fato assegurados”
“A dificuldade de socializar com os pares”
“Em fazer com que todo grupo familiar se una aos pais, na missão de manter as regras, de maneira que não desregule está criança dentro dos ajustes de rotina”
“A aceitação da família, é muito comum a negação dos pais ou de um dos pais”

Quadro 1 – Categoria Família
Fonte: Dados da Pesquisa, 2023

Na categoria família, ao analisar a fala de pais, citando os maiores desafios na inclusão de seus filhos, percebeu-se que além de citar dificuldade de inclusão escolar, eles citam dificuldades gerais de socialização, inclusive de aceitação da família. Quando a família rejeita o diagnóstico e não aceita o tratamento ou uma nova abordagem para socialização da pessoa com autismo, isso afeta diretamente a qualidade de vida da pessoa com autismo e de seus pais/cuidadores que passam a tentar mascarar o autismo ou a se isolar evitando festas e confraternizações com familiares e amigos.

O quadro 2 apresenta falas de professores e como percebem a inclusão escolar.

“Sinto que as pessoas não tem o conhecimento adequado e a falta de formação afeta o atendimento desse indivíduo, causando exclusão”
“Falta de apoio, material pedagógico adequado, pouco conhecimento sobre o assunto”.
“Meu primeiro desafio é não sentir segurança para passar para os pais da criança. E lidar com outras crianças e falar sobre as diferenças para melhor entendimento das mesmas e incluí-las sem julgamentos”.
“o maior desafio é o preconceito de colegas e também a questão da perspectiva mais inclusiva por parte dos gestores”.
“é quando a pessoa estar com crise, fico em dúvida o que fazer, além de tentar acalmá-la...”
“Sinto muita dificuldade em lidar com a irritação, uma vez, que as turmas são lotadas e não consigo fazer uma abordagem mais individualizada”.
“A aceitação das especificidades diante das questões comportamentais e cognitivas, o autorreconhecimento de suas potencialidades por apresentar uma baixa estima. No âmbito educacional, a resistência de muitos profissionais nas adequações necessárias”.
“A crença de que eles se desenvolvem fazendo atividades que não demandam novas habilidades e esforços para a pessoa com diagnóstico do TEA, é um dos maiores desafios. Isso ocorre principalmente em escolas que não tem verbas ou as condições devidas para tratar da criança mas não podem negar, pois estariam em desacordo com a lei. Assim, eles acabam deixando a criança sem acompanhantes ou passando atividades que não tem relevância para a evolução da criança”.

Quadro 2 – Categoria Família.
Fonte: Dados da pesquisa, 2023

Na categoria escola, percebe-se que professores e gestores que buscam formação se tornam defensores da inclusão, mas lidam com muitas barreiras, sejam as suas limitações por não saber lidar com os momentos de crises dos alunos atípicos, seja pelo olhar segregador de seus colegas que não cooperam, falta apoio concreto para desenvolver o aprendizado adquirido nas formações e ainda precisam lidar com familiares que não compreendem o espectro, dificultando o processo de inclusão. O quadro 3, sintetiza algumas falas que de cursistas que percebem que a sociedade como um todo ainda tem muito a melhorar no quesito inclusão e que por esse motivo, é preciso avançar em políticas públicas e difusão do conhecimento sobre o tema. De modo geral, a formação docente é citada pelas três categorias, pois afeta a formação familiar e social.

“Percebo falta de acolhimento, falta de respeito à lei de proteção ao autista”
“O preconceito da sociedade. A falta de vontade dos profissionais da escola em sair da zona de conforto pra estudar e ajudar seu aluno”.
“O maior desafio é a falta de compreensão e conscientização por parte da sociedade em geral”.
“A forma das outras crianças entenderem que tem um colega atípico, que tem um ritmo diferente das demais”.
“O maior desafio é ter paciência pra adequar a criança ao espaço”.
“é fazer as pessoas entenderem que cada ser é único, e que as crianças com TEA precisam ser compreendidas, não há inclusão sem compreensão e informações”.
“O maior desafio é a própria família. Por não buscar realizar um tratamento adequado para o desenvolvimento da criança, a falta de políticas públicas acessível para as pessoas que não tem condições financeiras para ter um acompanhamento adequado, e na sala de aula um auxiliar para ajudar”.
“Profissionais não habilitados para lidar com os alunos com TEA”
“Incluir de fato, pois muitas vezes eles estão inseridos na sala de aula, mas não incluídos verdadeiramente como merecem”.
“Falta empatia, sobra preconceito!”

Quadro 3 – Categoria Sociedade

Fonte: Dados da Pesquisa, 2023

O fato de as pessoas buscarem a formação e se expressarem com indignação em relação ao preconceito e falta de conhecimento, ressalta a necessidade de ampliar o acesso a formação em prol de criar uma sociedade mais inclusiva. Embora o curso tenha recebido muito mais professores das redes estaduais e municipais, entende-se que estes também receberam educação profissional para atuar na sua área de conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A maioria dos inscritos soube do curso por meio de amigos e conhecidos, não houve necessidade de divulgação em massa, pois a necessidade da formação criou entre os interessados a divulgação rápida do curso, os inscritos sinalizaram que o principal motivo para fazer o curso foi a necessidade de conhecer mais sobre o tema visto que já atuam na educação e atendem pessoas com autismo no ensino fundamental. Além de

peessoas do Rio Grande do Norte, se inscreveram pessoas de outros estados. Nas duas turmas, a maioria dos inscritos são docentes de diversas áreas e que atendem diversos públicos, não ficou restrito a educação profissional, também se inscreveram psicólogos, enfermeiros, dentistas, nutricionistas e pais. Todos relatam durante as palestras de 2023 e 2024 que estão aprendendo muito e que querem fazer outras formações na área.

A demanda é muito maior que a oferta, apesar disso, com a partilha do conhecimento é possível acolher melhor pessoas com autismo nas escolas, mas esse é apenas o primeiro passo, ainda há outros desafios na busca por real autonomia e eficaz inclusão. O que estamos tentando fazer através do projeto Conhecer para Acolher é oferecer o conhecimento mínimo necessário, a formação contínua requer mais aprofundamento e políticas públicas de formação docente e discente, pois os alunos que aprendem sobre a inclusão são mais preparados para cumprir seu papel social em todos os espaços. Para o docente, essa formação é uma oportunidade de melhor cumprir o seu papel social com mais segurança e trilhas para buscar novos conhecimentos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução CNE; Nº, C. E. B. 4/2009: Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2009.

BRASIL. Lei Federal nº 12.764/2012, de 27 de dezembro de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF: 28 dez. 2012.

BARDIN, L. Análise de conteúdo. Lisboa edições, 1977.

BRASIL. Nota técnica 24/2013/MEC/SECADI/DPEE, de 21/03/2013. Orientação aos sistemas de ensino sobre a implementação da Lei n. 12.764/2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação. Lei. n. 13.005/2014.

BRASIL. Estatuto da pessoa com deficiência. Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência [recurso eletrônico]: Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência / Câmara dos Deputados. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015. – (Série legislação; n. 200).

BRASIL. Lei nº 13.409 de 28 de dezembro de 2016. Dispõe sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Presidência da República, Secretaria Geral.

FREIRE, M.G; CARDOSO, H.S.P. Diagnóstico do autismo em meninas: Revisão sistemática. Rev. Psicopedagogia 2022; p.435-444.

LEITE, Francisco Tarcísio. Metodologia Científica: métodos e técnicas de pesquisa: monografias, dissertações, teses e livros. Aparecida, SP: Idéias e Letras, 2008.

LIBERALESSO, Paulo. LACERDA, Lucelmo. Autismo: Compreensão e práticas de evidências [livro eletrônico]. 1.ed. Curitiba: Movimento Capricha na Inclusão, 2020.

MACEDO, Elaine Caroline de. Formação colaborativa de docentes em educação profissional e tecnológica inclusiva para o ensino de alunos com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). Dissertação. Mestrado em Educação. UFRN, Natal, 2019.

MORAIS, Josanilda Mafra Rocha de; SILVA, Lenina Lopes Soares. Pessoas com deficiência na educação profissional: a percepção dos docentes sobre as ações de formação do IFRN. Revista Educação: atualidade e Capacidade de Transformação do Conhecimento Gerado. Cap. 16, Atena Editora, pg. 141 – 151, 2020.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. Revista brasileira de educação, v. 14, n. 41, p. 269-280, 2009.

PASSEGGI, M.C. Memorial de formação. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. DICIONÁRIO: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

SANTOS, Nádia Cristina dos Dantas Ferreira; OLIVEIRA, Liliane Silva Câmara de; FERREIRA, Maria Franciane. A inclusão do discente com autismo na rede pública de ensino. VII Congresso de Educação. Maceió-AL, 15 a 17 de outubro de 2020.

SENADO FEDERAL. Plano Nacional de Educação entra na reta final sem cumprir maioria das metas. Senado Notícias, Brasília, 15 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2023/02/plano-nacional-de-educacao-entra-na-reta-final-sem-cumprir-maioria-das-metas>. Acesso em 17 de agosto de 2023.

SOUZA, J. R. de, MARTINS, M. de F. A. ., & BARCELOS, K. da S. A formação docente na perspectiva da inclusão do aluno com Transtorno do Espectro Autista (2019-2021): uma análise do Estado do Conhecimento. Conjecturas, 22(14), 671–684

UNG. Autismo e Mercado de Trabalho. 17. Abril. 2023. Disponível em: <https://www.ung.br/noticias/autismo-e-mercado-de-trabalho#:~:text=O%20que%20n%C3%A3o%20significa%20que,adultos%20com%20autismo%20est%C3%A3o%20desempregados>> Acesso em: 26/05/2023.

WEIZENMANN, Luana Stela. PEZZI, Fernanda Aparecida Szareski. ZANON, Regina Basso. Inclusão escolar e autismo: sentimentos e práticas docentes. Revista Psicologia Escolar e Educacional. v.4, 2020. <https://doi.org/10.1590/2175-35392020217841>